JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS / Nº 185 JUNHO / 2017

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Atuação garante autonomia dos TJs

AMAGIS

Maurício Soares com Edgard Penna Amorim em Brasília

Todos em defesa da Justiça Eleitoral

Em outro esforço que uniu as Associações estaduais, entre elas a Amagis, a AMB e as direções dos Tribunais Regionais Eleitorais, foi encaminhado ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Gilmar Mendes, ofício contra resolução que afeta a Justiça Eleitoral. "Uniremos nossas forças contra essa grave medida do TSE, que afeta o modelo de Justiça Eleitoral, construído e consolidado pela Justiça Estadual desde a redemocratização em 1985", advertiu o presidente Maurício Soares em nota pública. **PÁGINA 7**

Depois de intensa atuação, com forte presença, interlocução e debates no Congresso Nacional, as Associações de magistrados conquistaram mais um importante resultado, com a manutenção do Fundo de Reaparelhamento dos Tribunais. No mês passado, a mesma mobilização eliminou pontos nocivos à classe na lei sobre o crime de abuso de autoridade. As prioridades e o desafio, agora, serão impedir perdas e retrocessos na votação das reformas previdenciária e trabalhista. **PÁGINA 3**

Amagis valoriza aposentados **PÁGINA 4**

Campanha prioriza a classe **PÁGINA 6**

Torneios unem a Magistratura **PÁGINAS 16 e 17**

+SAÚDE! REAJUSTE É DUAS VEZES MENOR QUE O DO PAÍS - **PÁGINA 24**

Primeiras vitórias fortalecem a mobilização contra retrocessos

MAURÍCIO SOARES*

Apesar da forte instabilidade político-institucional do País, causada pelos últimos acontecimentos noticiados na imprensa, continuamos focados na defesa dos interesses da Magistratura e no firme propósito de evitar retrocessos no Judiciário. Independentemente do ambiente político, mantivemos o diálogo com os parlamentares e a mobilização, com determinação e vigilância.

Mesmo nesse cenário de turbulências, alcançamos duas importantes vitórias, sinalizando que estamos no caminho certo, ao investir no contato, debates e no trabalho de convencimento dos parlamentares.

No Senado, afastamos, no dia 25 de abril, os riscos de criminalização da atividade judicante, que ameaçava a independência dos magistrados. Ainda falta a votação da Câmara dos Deputados. Em outra frente, evitamos, em definitivo, a extinção do Fundo de Reaparelhamento dos Tribunais.

Não recuaremos, porque outros desafios, como as reformas trabalhista e previdenciária, ainda estão em pauta. Após aprovação na Comissão Especial, a reforma da previdência enfrentará grandes obstáculos no plenário da Câmara dos Deputados, onde há resistência a essa desumana e cruel destruição do sistema previdenciário brasileiro. Buscaremos, em parceria com a AMB e todas as Associações de Magistrados, em primeiro lugar, derrotar a proposta; caso contrário, tentaremos minimizar os impactos negativos sobre os direitos da classe.

Já a reforma trabalhista aprovada na Câmara se traduz em ampla retirada e precarização de direitos do trabalhador, além de fragilização do sistema sindical e enfraquecimento da Justiça do Trabalho. Estamos determinados a impedir seu avanço e que outras mudanças tão profundas sejam aprovadas num cenário político gravado de ilegitimidade. Falta, nesse momento, a indispensável normalidade institucional e o debate democrático com a destinatária dessas medidas, que é a sociedade.

Como todos estão acompanhando, vivemos um momento de absoluta instabilidade institucional, reafirmando a necessidade de continuarmos no caminho certo, enfrentando as situações de maneira compacta, porque fortalece o debate e a mobilização da magistratura.

Uniremos nossas forças também às de todas as Associações e direções dos Tribunais Regionais Eleitorais contra a grave ação do Tribunal Superior Eleitoral que afeta o modelo de Justiça Eleitoral construído e consolidado pela Justiça Estadual desde a redemocratização em 1985.

"Estamos determinados a impedir mudanças tão profundas nesse cenário de instabilidade político-institucional"

Além do mais, seria altamente insensato extinguir zonas eleitoras, como pretende o TSE, em um momento que poderemos ter eleições no ano que vem ou até mesmo neste ano. Sem prejuízos de outras medidas cabíveis, tentaremos resolver o impasse pelo diálogo.

Ainda são dignos de destaque o equilíbrio financeiro e a qualidade da gestão da Amagis Saúde, com reconhecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que permitiram a adoção de um reajuste duas vezes menor do que o que a própria ANS autorizou para todos os planos de saúde no País. Trata-se de reafirmação da transparência na gestão dos últimos anos, com foco na qualidade do atendimento e na saúde dos associados.■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Associações garantem fundo do Judiciário **PÁG 03**

Aposentados debatem valorização **PÁG 04**

Pensionistas discutem direitos com a diretoria **PÁG 05**

Campanha valoriza independência da Magistratura **PÁG 06**

União inédita defende a Justiça Eleitoral **PÁG 07**

Escolas Eleitorais focam na gestão **PÁG 08**

Designações proveem comarcas mineiras **PÁG 09**

Juízes valorizam associativismo **PÁG 10**

TJ completa 120 anos em BH **PÁG 12**

Colônias são segunda "casa" de magistrados **PÁG 15**

Juízes aprovam torneio de tênis **PÁG 16**

+SAÚDE!

Amagis Saúde torna-se referência nacional **PÁG 23**

Reajuste do Amagis Saúde foi um dos menores do País **PÁG 24**

JORNAL MENSAL
ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PRESIDENTE
Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa: Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro: Desembargador Alberto Diniz Júnior
Vice-presidente de Saúde: Juíza Luzia Divina de Paula Peixôto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Juiz José Martinho Nunes Coelho
Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Ricardo Torres Oliveira
Diretor-Secretário: Juiz Christyano Lucas Generoso
Diretora-Subsecretária: Juíza Rosimere das Graças do Couto
Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas: Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441, Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188, Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634, Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação: Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão: Gráfica e Editora Del Rey
TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Associações garantem fundo do Judiciário

Medida que afetava os tribunais foi suprimida do PLP 343

Em menos de um mês, as Associações de classe conquistaram mais um avanço para a Magistratura e o Judiciário. Após intensa interlocução, conseguiram convencer os parlamentares na Câmara dos Deputados, no dia 10 de maio, a retirarem o artigo 11 do Projeto de Lei das Dívidas dos Estados (PLP 343/17), que previa a extinção do Fundo de Reaparelhamento dos Tribunais.

Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que tem mantido intensa agenda em Brasília e participou das conversas com os deputados, a manutenção do Fundo de Reaparelhamento dos Tribunais é fruto do trabalho dos dirigentes de Associações de magistrados de todo o País, e da AMB, que têm mantido dialogo permanente com os parlamentares, em Brasília e nos estados.

Quinze dias antes, após várias tratativas, o Senado aprovou o substituto do senador Roberto Requião aos PLS 280/2016 e 85/2017, sobre o crime de abuso de autoridade, alterando dois pontos que seriam nocivos à Magistratura. Maurício Soares garantiu que as Associações irão se manter vigilantes para impedir qualquer tentativa de retrocesso nas discussões sobre o abuso de autoridade.

Ainda em Brasília, o presidente da Amagis participou, no dia 9 de maio, da reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB. No dia seguinte, aconteceu a reunião do Conselho de Representantes da Associação nacional. Em ambos os encontros, foram discutidas estratégias referentes a projetos de interesse da Magistratura, como a reforma da Previdência (PEC 287/2016), a lei do abuso de autoridade (PLS 280/2016), o fim do foro privilegiado (PEC 10/2013), o novo Código de Processo Penal – CPP (PL 8045/2010) e a reforma Trabalhista (PL 6787/2016), além do projeto de Lei das Dívidas dos Estados (PLP 343/17), que, em seu artigo 11, previa a extinção do Fundo de Reaparelhamento dos Tribunais.

ARQUIVO AMAGIS

Maurício Soares no Congresso Nacional

GEORGIA BAÇVAROFF

Maurício Soares e membros de Associações têm atuado em Brasília em defesa da classe

ARQUIVO AMAGIS

Enéias Xavier, José Perdigão, Lafayette Andrada, Maurício Soares e Alberto Diniz

Em Minas Gerais, o presidente Maurício Soares, acompanhado do vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz, do presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), José Silvério Perdigão de Oliveira, e do vice-presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, reuniu-se, no dia 8 de maio, com o deputado Lafayette Andrada para tratar da alteração da legislação estadual da previdência complementar, para que magistrados e membros do Ministério possam aderir a esse modelo previdenciário.

No dia 11 de maio, a diretoria da Amagis se reuniu para avaliar os últimos avanços conquistados em Brasília e alinhar quais serão os próximos passos a serem tomados, tanto em nível estadual quanto nacional.■

Aposentados debatem valorização

Tempo de serviço, auxílio-moradia e a reforma da Previdência foram pautas da reunião

AMB

Juiz Cláudio Figueiredo na reunião de aposentados da AMB

O diretor de aposentados da Amagis, juiz Cláudio Figueiredo, participou, no dia 9 de maio, da reunião da Coordenadoria de Aposentados da AMB, em Brasília, na qual foram discutidos o auxílio-moradia, a Valorização do Tempo de exercício na Magistratura, o Adcional por Tempo de Serviço, a reforma da Previdência e a transferência da folha de inativo para o órgão previdenciário de cada estado.

Na avaliação do magistrado, a reunião foi importante tanto pela participação de mais de 40 representantes de Associações de classe, quanto pelas expectativas positivas criadas com a manutenção do fundo de aparelhamento do Judiciário, e avanços obtidos na retirada de pontos nocivos da lei de abuso de autoridade que poderiam atingir a Magistratura *(veja mais na página 3)*.

Para Cláudio Figueiredo o momento exige que toda a Magistratura, ativos e inativos, continue mobilizada, com a interlocução permanente dos presidentes de Associações de magistrados com deputados e senadores, para impedir retrocessos e conquistar avanços. "Os presidentes de Associações junto com a AMB não têm medido esforços para defender os interesses dos aposentados", afirmou.

Durante a reunião, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira disse que a Associação trabalha em diferentes frentes como não deixar que seja aprovada no congresso nenhuma proposta de extrateto, e para que sejam feitas modificações no projeto de Reforma da Previdência, que possam garantir a manutenção de direitos da classe.

O vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB, Nelson Missias de Morais, destacou que a principal preocupação da gestão com os aposentados é a volta da paridade e da equivalência. O magistrado destacou o trabalho feito no Congresso Naiconal e disse que o presidente Jayme de Oliveira reabriu o canal de diálogo com os parlamentares.■

DICAS DE SEGURANÇA PARA MAGISTRADOS

SEGURANÇA PESSOAL

- Mantenha sempre alguém informado de sua localização;
- Não deixe visíveis documentos que identifiquem sua profissão;
- Caminhe sempre observando ao seu redor;
- Ao chegar a algum lugar, verifique se não está sendo seguido;
- Ao caminhar em locais públicos, utilize sacolas e embalagens discretas.

SEGURANÇA EM DESLOCAMENTO MOTORIZADO

- Evite parar debaixo do semáforo ou próximo do cruzamento;
- Dirija sempre com os vidros fechados e as portas travadas;
- No trânsito, desloque-se, de preferência, na faixa central;
- Ao suspeitar de que está sendo seguido por outro veículo, não pare. Aja sempre com naturalidade e mude o trajeto.
- Não fixe adesivos que o identifique pelo cargo que ocupa ou indique o local da sua residência, como nomes de condomínios, chácaras e sítios.

SEGURANÇA NO LOCAL DE TRABALHO

- Cumpra e faça cumprir as regras de segurança do local de trabalho;
- Evite levar e não permita que levem processos ou documentos importantes para casa;
- Conheça os locais, no ambiente em que estiver, onde se encontram os acionadores do sistema de alarme e extintores de incêndio;
- Realize reuniões para discutir com a sua equipe aspectos de segurança no ambiente de trabalho;
- Não permita o acesso público às áreas de atendimento interno.

FONTE: CARTILHA DE DE SEGURANÇA DA AMB

Pensionistas discutem direitos com a diretoria

Reforma da previdência foi um dos temas abordados durante a reunião

Simultaneamente aos debates sobre as reivindicações dos aposentados (veja na página ao lado), a diretoria da Amagis realizou, no dia 29 de maio, na sede da Associação, uma reunião para discutir pautas de interesse das pensionistas da Magistratura mineira.

Na avaliação do vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Amagis, juiz José Martinho Nunes Coelho, que representou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, hoje, as preocupações das pensionistas são as mesmas dos magistrados aposentados.

Segundo José Martinho, apesar dos recentes avanços, o futuro ainda é incerto com relação ao projeto de Reforma da Previdência, e as mudanças propostas podem afetar direitos adquiridos. Na ocasião, ele reafirmou o compromisso da Amagis com as mobilizações realizadas em Brasília para impedir o avanço de propostas que possam representar retrocessos para todos os segmentos da classe.

Durante a reunião, a diretora de pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, disse que todos os assuntos são de interesse das pensionistas. Ela reafirmou que uma das principais reivindicações das pensionistas é o direito de voto para presidência da Associação, além do pagamento de auxílio saúde.

TIAGO PARRELA

Marlene Fernandes e José Martinho (centro) durante a reunião

TIAGO PARRELA

Pensionistas esclareceram suas dúvidas no encontro

O juiz José Martinho informou que, de acordo com esclarecimentos do TJMG, foi levado em consideração o entendimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre a disponibilidade orçamentária do Tribunal, para o não pagamento de auxílio saúde às pensionistas. O TCE determinou que o benefício fosse extensivo somente aos magistrados da ativa e aposentados.■

Juízes pela igualdade racial

Tribunal de Brasília recebe primeiro encontro de magistrados negros

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi sede do I Encontro Nacional de Juízes Negros, realizado dos dias 10 a 12 de maio, com o objetivo de debater a questão racial na Justiça brasileira, e propor soluções, como as cotas para negros em concursos públicos.

Durante os três dias do encontro, foram discutidos temas como a importância de uma identidade negra na Magistratura, formas de resistências e reexistências das mulheres negras, racismo e sociedade, e a promoção da igualdade racial na Magistratura brasileira.

Dados do Censo do Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013, demonstram que o total de magistrados negros atuando na Justiça estadual é de apenas 15,6%. Em Minas Gerais, esse índice é de 12%.

Ao final do encontro foi aprovada uma moção pela criação de uma secretaria de igualdade racial na AMB, e a inclusão de avaliadores negros nas bancas de concursos para ingresso na magistratura.■

Campanha valoriza independência da Magistratura

Amagis intensifica ação comunicativa nas redes sociais

AMAGIS

Peças publicitárias reforçam a defesa da Magistratura

Por orientação do presidente Maurício Soares, a Amagis está intensificando sua atuação nas redes sociais, por meio de sua Assessoria de Comunicação, promovendo campanhas de valorização e defesa da classe, a fim de levar aos internautas informações sobre o papel da Magistratura na pacificação social e na defesa das garantias democráticas.

Os temas abordados nas postagens feitas no Facebook, Twitter e no Youtube abrangem ações como esclarecer o público sobre ameaças de retrocesso que alguns projetos em tramitação no Congresso Nacional representam para o Sistema de Justiça e, consequentemente, a toda a sociedade, e inclui também informações sobre o papel e a importância de ramos especializados do Judiciário, como a Justiça Eleitoral.

A campanha envolve ainda a divulgação de peças por meio de aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, que, de forma dinâmica e com um conteúdo objetivo, atualizam os juízes sobre ações da diretoria em defesa da Magistratura e também de eventos promovidos pela Associação que visam à integração da classe.

Siga a Amagis no Facebook, Twitter e no Youtube

Siga a Amagis pelo Facebook.com/Amagis, pelo Twitter.com/AmagisMG, assista aos programas de TV e palestras pelo Youtube.com/AmagisMG e mantenha-se atualizado sobre notícias do associativismo mineiro no site amagis.com.br.■

Instituto Mineiro de Perícias

Um olhar técnico a favor da verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnia
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio AMAGIS

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

União inédita defende a Justiça Eleitoral

Amagis participou da reunião que definiu medidas contra a Resolução 23.512

AMB

Mário Ferraz, Jayme de Oliveira, Romeu Gonzaga e Maurício Soares

Em defesa da cidadania e democracia, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 24 de maio, da reunião realizada pela AMB, com a participação dos presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais do País, na qual foram definidas medidas contra a Resolução 23.512, de 16 de maio de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que pretende extinguir inúmeras zonas eleitorais espalhadas pelo Brasil.

As Associações de classe encaminharam ainda um ofício ao presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, solicitando a imediata suspensão da resolução.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que divulgou nota pública, no dia 18 de maio, a resolução do TSE ameaça a eficiência, a qualidade e confiabilidade da Justiça Eleitoral em todo o território nacional. "Uniremos nossas forças às de todas as Associações e direções dos Tribunais Regionais Eleitorais contra essa grave ação do TSE, que afeta o modelo de Justiça Eleitoral, construído e consolidado pela Justiça Estadual desde a redemocratização em 1985", afirmou Maurício Soares.

De acordo com a nova resolução, cada zona eleitoral terá no mínimo 100 mil e, no máximo, 200 mil eleitores, incluindo as capitais dos estados. Essa mudança comprometerá o acesso do eleitor às zonas eleitorais, a segurança das eleições e provocará, ainda, a federalização da Justiça Eleitoral no País. "O êxito da Justiça Eleitoral está intimamente ligado à capilaridade de sua estrutura, alcançando todo o território nacional", declarou o presidente da Amagis.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Ainda em maio, o desembargador Alberto Diniz Júnior, presidente em exercício da Amagis, contestou as críticas de advogado aos juízes de Minas Gerais, no artigo "Os depósitos judiciais, o Estado e o dever dos juízes diante do cidadão", publicado no jornal 'O Tempo', de Belo Horizonte, no dia 13 daquele mês.

Na nota, o magistrado demonstrou a preocupação da classe com o litígio entre o Estado e o Banco do Brasil, e afirmou que a Magistratura mineira cumpre seu dever e confia em uma solução rápida e duradoura em favor do cidadão. "Não há como responsabilizar ou acusar de conivência os juízes que, além de cumprir a lei, historicamente, sempre agiram em defesa do cidadão e do Estado de Direito", disse. O mesmo jornal publicou, no dia 21 de maio, a resposta do desembargador Alberto Diniz Júnior ao artigo.■

TJMG apreciará pedido da Amagis

Associação solicitou reclassificação de entrância da Comarca de Pará de Minas

No dia 14 deste mês, o Órgão Especial do TJMG irá apreciar a solicitação da Amagis de reclassificação de entrância da Comarca de Pará de Minas (Grande BH).

O pedido foi apresentado, no dia 24 de junho, pelo presidente em exercício da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, durante sessão do Órgão Especial do Tribunal. O presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, estava em Brasília participando de reunião em defesa da Justiça Eleitoral *(saiba mais na matéria acima).*

O pedido enviado por juízes da Comarca de Pará de Minas, encaminhado à Amagis, observa que a comarca atenda aos requisitos para a mudança, e destaca que os quadros do MP pleitearam e obtiveram êxito na elevação dos cargos à condição de entrância especial na mesma comarca.■

Escolas Eleitorais focam na gestão

Proposta de Grupo de Trabalho será levada ao TSE

IZABELA MACHADO

Abertura do encontro das escolas Judiciárias Eleitorais

Reunidos no IX Encontro do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais (Codeje), representantes das escolas aprovaram a proposta de criação de um tutorial de gestão, que será levada ao Tribunal Superior Eleitoral. O evento foi realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG), com o apoio da Amagis, nos dias 18 e 19 de maio, em Belo Horizonte.

De acordo com a proposta aprovada durante o encontro, será criado um grupo de trabalho para a elaboração do tutorial, cujo eixo deverá ser a organização administrativa e orçamentária de cada escola, respeitando a estrutura das unidades e as especificidades regionais.

Para o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que participou da abertura do encontro, as Escolas Judiciárias desempenham um papel fundamental para o aperfeiçoamento do Judiciário. No dia 24 de maio, Maurício Soares participou da reunião em defesa da Justiça Eleitoral, realizada em Brasília.

Na abertura do encontro, em BH, o presidente do TRE-MG, desembargador Domingos Coelho, destacou o papel das Escolas Eleitorais para a consolidação da consciência cidadã. Para o magistrado, essa consciência é construída a partir do conhecimento das leis, dos direitos, deveres e valores que alicerçam a base de uma sociedade livre.

Entre outras autoridades, participaram do encontro, o vice-presidente e corregedor do TRE-MG, desembargador Edgard Penna Amorim; o diretor executivo da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG, desembargador Ramom Tácio de Oliveira, e o juiz da Corte Eleitoral mineira Ricardo Matos.■

RÁPIDAS

O juiz Everton Villaron de Souza, da Comarca de Governador Valadares, foi homenageado pela Polícia Civil de Governador Valadares. O magistrado recebeu a honraria, no dia 17 de maio, das mãos do diretor do Foro da Comarca, juiz Marcelo Cândido, uma que vez estava participando de um seminário jurídico em Brasília e não pode participar da solenidade de entrega, realizada no dia 12 daquele mês.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 1º de junho, do lançamento do livro "Dolo sem vontade psicológica: perspectivas de aplicação no Brasil", de autoria do vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), promotor Enéias Xavier Gomes.

O Tribunal Pleno do TJMG elegeu, no dia 29 de maio, o desembargador Alexandre Victor de Carvalho para o cargo de juiz substituto do TRE-MG – classe desembargador. O magistrado foi eleito com 69 votos no segundo escrutínio.

O desembargador Jair José Varão Pinto Júnior receberá o título de Cidadania Honorário de Minas Gerais. A concessão da honraria foi confirmada por decreto do governador Fernando Pimentel, do dia 17 de maio.

Designações proveem comarcas mineiras

Magistrados escolheram nova cidade em sessão pública

Durante sessão pública realizada no TJMG, no dia 18 de maio, 102 juízes substitutos, incluindo os 25 novos magistrados que concluíram o curso de formação inicial no dia 12 do mesmo mês, escolheram a comarca para qual foram designados, seguindo o critério de antiguidade na carreira da Magistratura.

De acordo com o presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, a designação teve como objetivo promover o aperfeiçoamento do Judiciário mineiro de forma que nenhuma comarca fique desprovida de juiz. "O nosso Poder Judiciário realiza um ato estritamente acertado e pautado tão somente no interesse público e na impessoalidade", afirmou.

A pedido do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que, mesmo licenciado, acompanhou a sessão, o TJMG disponibilizou com mais três meses de antecedência a relação das comarcas que poderiam ser escolhidas pelos juízes substitutos. Maurício Soares desejou êxito aos magistrados nas comarcas para as quais foram designados.

Ainda em nome da transparência, a Associação transmitiu a sessão em tempo real para todos os magistrados mineiros, conforme observou o desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, superintendente administrativo-adjunto da presidência do TJMG. O desembargador Alberto Diniz Junior, presidente em exercido da Amagis, também acompanhou os trabalhos.

GEORGIA BAÇVAROFF

Sessão pública foi realizada no auditório do anexo II da unidade Goiás do TJMG

CNJ

No dia 16 de maio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu provimento parcial ao pedido de providência que trata da designação de magistrados ocupantes de cargo de juiz de direito substituto, observando o interesse público. O Conselheiro Bruno Ronchetti, relator do pedido, reconheceu a autonomia do TJMG para realocar juízes substitutos que, de acordo com ele, trata-se de designação temporária e não pode ser compreendida como remoção compulsória.

Ainda segundo o conselheiro, o Tribunal tem competência legal para organizar sua secretaria, serviços auxiliares e juízes que lhe forem vinculados. A lista com as designações foi publicada oficialmente, no dia 19 de maio, no Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG.

Os magistrados designados para as 102 comarcas entraram em exercício no dia 29 de maio, reforçando assim o trabalho do Judiciário mineiro em cidades que estavam sem juiz.■

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS

CURSO DE INTRODUÇÃO À JUSTIÇA RESTAURATIVA
Carga horária: 20 horas/aula
Período: 20 e 21 de julho
Local: Brasília
Inscrições: até 20 de junho
Vagas: 50

CURSO DE DIREITOS HUMANOS
Carga horária: 20 horas/aula
Período: 31 de agosto e 1º de setembro
Local: Palmas (TO)
Inscrições: até 24 de julho
Vagas: 40

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO PARA MAGISTRADOS
Carga horária: 40 horas/aula
Período: 14 a 18 de agosto de 2017
Local: Brasília
Inscrições: até 18 de julho
Vagas: 30

ATIVISMO JUDICIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES
Carga horária: 20 horas/aula
Período: 14 e 15 de setembro de 2017
Local: Fortaleza (CE)
Inscrições: até 8 de agosto
Vagas: 30

FONTE: ENM

Juízes valorizam associativismo

Diretoria da Amagis recebeu novos magistrados

IZABELA MACHADO

Novos juízes com Maurício Soares, Herbert Carneiro e dirigentes da Amagis e do TJMG

Prontos para dar mais um passo na carreira, os novos juízes, que concluíram o Curso de Formação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), foram recebidos, no dia 11 de maio, pela diretoria da Amagis em uma confraternização realizada no Parque Esportivo da Associação e da qual participou também o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro. No dia seguinte, o presidente Maurício Soares participou da cerimônia de formatura dessa turma.

Segundo o juiz Frederico Brodon de Castro, o curso de formação da Ejef foi essencial para seu crescimento profissional. "Para um juiz em início de carreira, é fundamental ter contato com a diversidade de processos e tomar conta de todas as atribuições que um magistrado de vara única tem", disse.

Durante o período de formação, a diretoria da Amagis manteve contato com os novos magistrados, que, como a juíza Tatiana de Moura Marinho, destacaram a importância do trabalho desenvolvido pela Associação em prol da Magistratura. "Saber que temos uma Associação atuante nas esferas política e jurídica e, além disso, um plano de saúde excelente nos dá uma tranquilidade muito grande", afirmou.■

Amagis tem presidência interina

Alberto Diniz assumiu interinamente

GEORGIA BAÇVAROFF

Maurício Soares e Alberto Diniz

Entre os dias 15 a 29 de maio, o vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, presidiu a Associação interinamente. O magistrado ocupou o cargo em razão das férias do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.

A transmissão do cargo foi feita ao desembargador Alberto Diniz por que a sucessora imediata da presidência, a juíza Cristiana Gualberto Ribeiro, não pode assumir a função por ter sido designada como plantonista para o mesmo período.■

RÁPIDAS

O juiz Carlos Roberto Loiola, da Comarca de Belo Horizonte, foi o ganhador do IV Prêmio Literário Carlos de Oliveira, concedido pela Câmara Municipal de Catanhede, em Portugal, pelo livro 'O Caçador de Orquídeas: os enigmas dos táxons capiaus e a charada do bicho-de-sete-cabeças'.

O desembargador Nelson Missias de Morais, vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB, recebeu, no dia 5 de maio, o título de Cidadão Honorário da Câmara de Patos de Minas, e os desembargadores Herbert Carneiro, presidente do TJMG; e Joaquim Herculano, ex-presidente do TJMG, receberam, na mesma cerimônia, o título de Cidadão Benemérito.

Os juízes Serlon Silva Santos, da Comarca de Patrocínio, e Tainá Silveira Cruvinel, da Comarca de Monte Carmelo, foram homenageados, no dia 27 de abril, pela Décima Região da Polícia Militar de Minas Gerais, com o Prêmio Sentinela do Cerrado.

O juiz Willys Vilas Boas, da Comarca de Belo Horizonte, recebeu, em 19 de abril, Dia do Exército Brasileiro, uma homenagem especial do Comando Militar do Leste (CML), como colaborador do Exército Brasileiro.

RENATA CALDEIRA / TJMG

Desembargador **Jaubert Carneiro**

Sancionada em 2016, a Lei municipal 10.921, que dispõe sobre a notificação, em casos de violência contra o idoso, por instituições de saúde de Belo Horizonte completou um ano. De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, no ano passado, 117.271 crimes contra pessoas com de mais de 60 anos foram cometidos no Estado. O desembargador Jaubert Carneiro, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, observou que a maioria dos delitos é cometida por pessoas que deveriam amparar os idosos. Por isso, para o magistrado, a lei é positiva, na medida em que pode combater as agressões sofridas por eles.

"Portanto, é preciso acabar com essa falsa 'solidariedade' decorrente da falta denúncia. Pelo contrário, você não pode ser 'solidário' com o infrator"

"A negligência nos cuidados com os idosos, principalmente aqueles que já têm dificuldades de locomoção, de alimentação, representa o grosso das denúncias"

Como o senhor avalia a Lei 10.921?

Trata-se de uma medida excelente. Ela regulamenta, no âmbito da capital mineira, o que a legislação federal já determina. O estatuto do idoso foi acrescido nesse sentido, e assim como na lei municipal, a medida é valida não só para unidades hospitalares, mas também para os médicos nos atendimentos públicos ou particulares. Eles são obrigados a comunicar ao Conselho Municipal do Idoso, ou ao Ministério Público de Minas Gerais, caso venham a detectar suspeita ou agressão contra o idoso.

Qual o perfil do agressor?

Geralmente, o agressor é aquela pessoa que deveria amparar o idoso. É quem deveria cultivar sentimentos de gratidão, inclusive porque, na grande maioria dos casos, os agressores são parentes das vítimas, como filhos e netos. Em famílias nas quais há pessoas dependentes químicas, adolescentes ou adultos, os idosos ficam mais vulneráveis. Isso ocorre principalmente se ele tiver recursos financeiros para que essas pessoas possam financiar seu vício.

Qual o efeito das relações familiares na denúncia das agressões contra idosos?

As relações familiares podem tornar mais difíceis as investigações e o combate às agressões contra os idosos, pois a situação acaba sendo abafada pela família. Por isso, as estatísticas referentes a esse tipo de crime devem ser recebidas com ressalvas, pois a maioria delas não chega a público.

Portanto, é preciso acabar com essa falsa "solidariedade" decorrente da falta denúncia. Pelo contrário, você não pode ser "solidário" com o infrator. A solidariedade deve ser com a sociedade, pois a violência contra o idoso é um ato de covardia não só do agressor, mas também de quem não denuncia.

Qual o perfil do idoso agredido?

As mulheres são os principais alvos da violência contra o idoso. Com relação aos homens considerados idosos, a maioria das agressões é cometida na rua. Normalmente, esses homens idosos são pessoas que vivem em situação de rua.

Quais os tipos de violência mais comuns contra o idoso?

A negligência nos cuidados com os idosos, principalmente aqueles que já têm dificuldades de locomoção, de alimentação, representa o grosso das denúncias. Em algumas situações, ocorre o abandono quase que completo do idoso. A polícia depara-se com muitos casos dessa gravidade.

Depois da negligência, a questão patrimonial, quando ocorre a apropriação, por familiares, do patrimônio e renda do idoso, que geralmente deveria ser revertido para seu proveito, para um envelhecimento mais saudável, está entre os tipos de violência mais comuns.

A violência física, que, às vezes, leva ao óbito, vem logo em seguida após as outras duas formas de agressão. É importante chamar a atenção para o crime de abandono, pois é a partir dele que surgem várias situações que deixam o idoso vulnerável, inclusive para sofrer agressões físicas.

Quando a situação chega à delegacia, ela já está no limite?

Às vezes, pequenas discussões, entreveros entre idosos e familiares e terceiros podem até ser consideradas comuns. Entretanto, é a partir do agravamento dessas situações que acontecem os casos de violência nos quais ocorrem efetivamente danos aos idosos. O Estatuto do Idoso prevê penas de prisão em média de 2 a 3 anos, que, em alguns casos, podem chegar a 12 anos de prisão e multa. Quando o crime for tipificado no Código Penal, a pena pode chegar a até 30 anos de prisão.■

TJ COMPLETA 120 ANOS EM BH

Magistrados relembram histórias de desafios e conquista do Judiciário mineiro

GEÓRGIA BAÇVAROFF, IZABELA MACHADO E TIAGO PARRELA

Há quase 120 anos, Belo Horizonte se tornava a sede definitiva do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Antes mesmo da inauguração da cidade, ocorrida em 12 de dezembro de 1897, a capital já contava com o Tribunal, que, provisoriamente, foi instalado na antiga Secretaria do Interior, na Praça da Liberdade, no dia 5 de agosto daquele ano. **Durante mais de um século, muitas mudanças foram observadas por quem atua na Justiça. O Poder, que, hoje, existe para garantir os direitos dos cidadãos, já esteve na sombra de interesses políticos, dependendo física, administrativa e financeiramente de outros Poderes. As autonomias administrativa e financeira do Judiciário somente foram alcançadas na Constituição Federal de 1988.**

A sede própria do Tribunal de Justiça, que, à época, era denominado Tribunal da Relação do Estado, foi instalada em 1911, no Palácio da Justiça, no centro de Belo Horizonte. O então presidente do Estado, Júlio Bueno, durante visita ao prédio recém-construído, exaltou a imponência e a riqueza do edifício, que se destacam até hoje, tornando o Palácio um dos mais elegantes e preservados prédios da capital mineira. Em 1958, o Palácio da Justiça começou a passar por um processo de reforma e restauração, que já se fazia necessário depois de 47 anos de utilização.

Foram seis anos de reforma até que, em 1964, o prédio foi reinaugurado. Com projeto feito pelo arquiteto Luciano Amedée Peret, o prédio apresentava um ambiente majestoso e confortável. A sessão de reinauguração contou com a presença de autoridades, como o governador Magalhães Pinto e o senador Milton Campos, cujo pai deste, desembargador Rodrigues Campos, foi homenageado com seu nome dado ao Palácio.

Três anos depois, em 1967, a Constituição Estadual apresentava, em seu sétimo capítulo, artigo que determinava a composição do Tribunal, com 27 desembargadores, e ressalvava que, somente mediante proposta do Tribunal de Justiça, o número de magistrados poderia ser alterado. Dois anos depois, emenda constitucional determinava que os Estados organizassem sua Justiça, cabendo aos Tribunais de Justiça dispor de resolução, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e organização judiciárias.

Apesar de toda pompa na estrutura da sede oficial, a situação ainda era precária na época, sobretudo no interior do Estado.

CARREIRA

Antes de alcançar a independência, decretos assinados pelo governo do Estado eram o que definia a estrutura do Judiciário, bem como sua composição. Os desembargadores que iriam compor o Tribunal eram escolhidos pelo presidente do Estado, e a divisão de Câmaras

JUDICIÁRIO EM DATAS

5 de agosto de 1897

A Capital é transferida para Belo Horizonte e, para lá, se muda o Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais (Antigo Tribunal da Relação de Ouro Preto) – Ele funcionou, provisoriamente, durante sete meses no segundo andar da antiga Secretaria do Interior, na Praça da Liberdade.

15 de outubro de 1902

O governador Francisco Salles aprova, em decreto, o regulamento relativo à Organização do Tribunal de Relação, modificando para 11 o número de desembargadores, determinando o tratamento de "Égrégio Tribunal", e permitindo a reeleição do presidente e do vice-presidente, designando o vestuário a ser utilizado nos atos públicos e solene, sendo a faixa branca para os desembargadores e a faixa vermelha para o procurador-geral.

7 de outubro de 1903

Por decreto, o governador Francisco Salles propõe reforma reduzindo o número de comarcas de 116 para 71 e passando o número de desembargadores para 13, os quais seriam nomeados pelo presidente do Estado.

"Quando a nossa Associação participou, pela primeira vez, das reuniões do Órgão Especial, eu chorei, porque vi ali uma enorme conquista"
Tibagy Salles

TIAGO PARRELA

e quantidades de comarcas do estado também eram definidas pelo Poder Executivo.

Atualmente, a carreira da Magistratura é uma escolha feita com muito critério e, sobretudo, dedicação. É necessário estudo e preparação com muito afinco. Ao passar no concurso, os novos juízes contam com a orientação e a preparação oferecidas pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), em tudo que for necessário para dar inicio à função judicante em uma das 296 comarcas mineiras. O magistrado tem garantias importantes amparadas pela Lei Orgânica da Magistratura (Loman), e todos os seus direitos são defendidos sempre de perto pela Associação dos Magistrados Mineiros, a Amagis, que luta diuturnamente por novas conquistas e a manutenção dos direitos alcançados.

No entanto, não foi sempre assim. O desembargador aposentado Tibagy Salles conta que o cenário era bem diferente, ainda no início da década de 1970, quando ingressou na carreira. Ele lembrou que, em sua primeira comarca, Unaí (Noroeste), não existia fórum, e que as audiências eram realizadas em um galpão improvisado de uma oficina mecânica. Além disso, não havia energia elétrica.

"A energia era produzida por meio de um gerador cedido pelo Exército, que era ligado às 22h e desligado às 10h da manhã", contou o magistrado. A carreira também era pouco atrativa. "O candidato, para o cargo de juiz, prestava concurso e não recebia qualquer orientação, como hoje, existe a Ejef. Éramos levados em grupo para visitar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e a presidência do Tribunal", disse Tibagy. "Chegávamos lá para aprender na prática e treinar como autodidata". Para permanecer na carreira, era necessário muito amor e dedicação. "Tive um caso de amor com cada comarca em que passei", reconheceu ele.

Ainda na década de 1970, as garantias institucionais do Judiciário estavam garroteadas pelo regime militar. A área de competência do Judiciário era limitada. Foi quando Reynaldo Ximenes também ingressou na Magistratura. Hoje, desembargador aposentado, Ximenes apontou as dificuldades que o juiz tinha na época para ter sua ordem cumprida. "Eram situações delicadas de ordem político-institucional", afirmou.

NOMEAÇÃO

O desembargador falou dos critérios para nomeação de juízes aprovados em concurso público. Segundo Reynaldo Ximenes, os juízes eram indicados em lista tríplice pelo Tribunal e essa relação seguia para o governador, que escolhia um entre os três. Os critérios eram meramente políticos, e os deputados exigiam ser ouvidos.

Ele recordou-se de um episódio em que até um bispo quis interferir na nomeação de juízes. O magistrado contou que recebeu uma ligação do bispo dom Othon Motta relatando estar aborrecido com a situação. O governador de Minas Gerais era Aureliano Chaves, que respeitava muito o bispo, mas tinha uma indi-

MARCELO ALBERT / TJMG

Palácio da Justiça foi a primeira sede própria do TJMG em Belo Horizonte

"Para mim, foi uma honra ter sido presidente da Amagis em um momento tão importante para o País"
Reynaldo Ximenes

IZABELA MACHADO

JUDICIÁRIO EM DATAS

1911
Inaugura-se a sede definitiva do Tribunal da Relação, o Palácio da Justiça.

1946
O Tribunal de Apelação passa a ser chamado de Tribunal de Justiça, sendo permitida a criação do Tribunal de Alçada.

1951
Inaugurado o Fórum Lafayette

1958
O Palácio da Justiça começa a passar por reformas necessárias, e o Tribunal de Justiça transfere-se para o 9º andar do prédio do Banco de Crédito Real, na rua Espírito Santo.

16 de janeiro de 1964
Após as reformas, o Tribunal de Justiça volta para o Palácio da Justiça.

17 de outubro de 1969
Emenda Constitucional determina que os Estados organizem a sua Justiça. O artigo foi regulamentado pela Lei 5.621 de 1970.

10 de agosto de 1977
O prédio do Palácio da Justiça é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

cação diferente da dele para o cargo de juiz. O bispo indicou uma promotora da lista tríplice, e os deputados da Arena haviam sugerido outro nome.

"Diante disso, Aureliano se viu em dificuldade. Ele ficou muito aborrecido, porque não queria problema com o bispo, e também muito preocupado com sua situação na Assembleia. Por fim, ele ligou para o bispo para tentar contornar a situação e ouviu de dom Othon que era melhor cada um ficar com seus critérios. Depois desse episódio, Aureliano chamou os deputados e pediu para mudar o sistema", contou Reynaldo Ximenes.

Em Varginha, sua primeira Comarca, Reynaldo Ximenes disse que precisou interferir para evitar que uma tragédia ocorresse no presídio da cidade por conta de arbitrariedades cometidas por uma autoridade policial fortemente ligada aos militares da época.

MAGISTRADA

Se para os magistrados existiam várias dificuldades no início da carreira, para as mulheres a situação era ainda pior. A desembargadora Heloísa Combat ingressou na Magistratura em 1985. Em entrevista concedida à Amagis sobre a contribuição e os desafios da mulher no Judiciário, ela destacou o preconceito, que ainda hoje existe, mas que era muito pior.

"Quando fui fazer concurso para ingressar na carreira, em Belo Horizonte, dois juízes me diziam que eu não ia passar, porque o Tribunal não queria magistrada. Eu tentei e não apenas passei como fui a primeira mulher separada judicialmente a ingressar na Magistratura mineira", contou. De acordo com ela, em suas primeiras comarcas, as pessoas estranhavam quando percebiam que uma mulher iria julgar os seus processos. "Sempre esperavam encontrar um homem", disse a magistrada.

Heloisa Combat destacou também as dificuldades na logística, sobretudo para as magistradas. "A vida itinerante que a Magistratura exige não era fácil. Eu me virei muito bem, mas, no início, não foi fácil. Você acaba relegando a família, que sofre com a ausência. Muitas vezes, não pude ir a reuniões escolares, festas de aniversários e outros compromissos porque tinha que trabalhar no interior e não havia substituto", comentou.

AVANTE

As dificuldades enfrentadas no início da carreira, precariedade, a dependência administrativa e financeira do Judiciário para outros Poderes são marcantes para praticamente todos os magistrados que ingressaram na Magistratura antes de 1988. Com o tempo, e a luta dos membros do Judiciário, sempre amparados pela Associação de classe, as conquistas foram sendo alcançadas, como acontece, inclusive, nos dias de hoje.

Tibagy Salles observou que a história de qualquer juiz tem a ver com a história da Amagis. "Eu falo isso com absoluta certeza. A contribuição da Amagis para o Poder Judiciário em Minas Gerais é indescritível", afirmou.

"Além de todos os desafios, naquela época, o magistrado ainda não era ouvido. Hoje, a Amagis é a voz da Magistratura. E por isso, quando a nossa Associação participou, pela primeira vez, das reuniões do Órgão Especial, eu chorei, porque vi ali uma enorme conquista e uma oportunidade de, por meio da Amagis, os juízes participarem efetivamente das reuniões do Órgão", observou Tibagy, se referindo à conquista da Associação, no ano de 2014, na gestão do desembargador Herbert Carneiro, quando a Amagis conquistou direito a voz e assento nas sessões do Órgão Especial.

Reynaldo Ximenes também destacou a importância da Amagis para a democratização do Judiciário. Primeiro juiz a ser eleito presidente da Associação, em 1989, Ximenes contou que, naquela época, quem lidava com associações era malvisto. "O desembargador Lincoln Rocha, por exemplo, teve dificuldades de ser eleito dirigente do Tribunal por causa do seu trabalho feito na Amagis", apontou.

O desembargador Reynaldo Ximenes afirmou que a democratização do Judiciário e a valorização dos juízes, defendidas pela Amagis, serviram de base para sua atuação como presidente do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, em 1996. "Na Associação, defendíamos a posição do magistrado e a independência do seu trabalho. Tentávamos corrigir qualquer distorção, e a voz do juiz começou a ser ouvida. Também batalhamos muito pela unificação do Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada. Para mim, foi uma honra ter sido presidente da Amagis em um momento tão importante para o País", disse.■

JUDICIÁRIO EM DATAS

18 de julho de 1980
Inaugurada nova sede do Fórum Lafayette, de Belo Horizonte, no Barro Preto.

8 de dezembro de 1984
Prédio da rua Goiás passa a ser denominado Anexo do Tribunal de Justiça, e sedia a secretaria administrativa. No Palácio ficam apenas a Corte Superior, as salas de Sessões, o Conselho da Magistratura e as secretarias das Câmaras.

5 de outubro de 1988
Com a promulgação da Constituição Federal, fica assegurado ao Poder Judiciário a autonomia administrativa e financeira, cria os Juizados Especiais e determina que a Lei de Organização e Divisão Judiciárias seja de iniciativa do Tribunal de Justiça.

1995
Criada a composição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

2001
O programa Novos Rumos é incorporado ao TJMG. O Parque Tecnológico do TJMG é instalado

2016
Mudança da sede do TJMG para a Av. Afonso Pena 4.001

"Quando fui fazer concurso para ingressar na carreira, em Belo Horizonte, dois juízes me diziam que eu não ia passar, porque o Tribunal não queria magistrada"
Heloísa Combat

IZABELA MACHADO

Colônias são segunda "casa" de magistrados

Boa localização e infraestrutura são atrativos para o lazer e férias

Tranquilidade, boa localização e infraestrutura. Essas são algumas das características das colônias de férias da Amagis, que atraem, cada vez mais, associados de todo o Estado, que, em alguns casos, chegam a adotar algumas das unidades como um verdadeiro refúgio, ou sua segunda "casa".

Esse, por exemplo, é o caso da desembargadora Mariangela Meyer Pires Faleiro, que costuma se hospedar na colônia de férias de Caldas Novas (GO) duas vezes ao ano. "Minha preferência por Caldas Novas deve-se ao fato do bem-estar causado pelas águas quentes, somado a tudo o que ela oferece no seu entorno", comentou a magistrada para quem as caminhadas em um terreno plano, sem obstáculos e em meio à natureza exuberante, é mais um dos atrativos da unidade.

JORGE BRAZIL

Jardim Japonês em Caldas Novas

Frequentador assíduo das colônias de férias há 20 anos, o juiz aposentado Maurício Pinto Coelho Filho destacou que, nas unidades, os juízes podem realmente descansar e se confraternizar com os colegas de maneira informal. Maurício Coelho costuma ir uma vez por ano para Nova Viçosa (Sul da Bahia) e duas vezes para Caxambu (Sul de Minas), onde vai principalmente no feriado da Semana Santa.

Segundo o magistrado, a escolha para cada unidade varia de acordo com o objetivo da viagem. "Se o foco é praia e calor, a opção é Nova Viçosa. Agora, se a intenção é curtir montanhas, o circuito das águas ou, e até mesmo um friozinho de junho e julho, a opção é Caxambu", disse.

HOSPEDAGEM

Em Caldas Novas, os magistrados ficam instalados no Hotel Di Roma Resort, onde a Amagis possui 14 apartamentos. Segundo a desembargadora Mariangela, as acomodações são boas, com bom acesso ao parque aquático, às piscinas e às quadras poliesportivas. Ela destacou ainda a acessibilidade do local que, recentemente, foi adaptado para pessoas com dificuldades de locomoção, a estrutura da cidade e o valor da hospedagem. "Fazendo um paralelo com os hotéis da região, asseguro que o valor de diária cobrada pela Amagis é menor que a metade das que são praticadas nas redondezas", afirmou.

Na avaliação do juiz Maurício Coelho, a relação custo benefício é excelente para o magistrado que for se hospedar com um número maior de pessoas, como em Nova Viçosa, onde até dez pessoas podem ficar numa casa, e até seis podem se instalar nos apartamentos da colônia. Para ele, os custos de manutenção das colônias devem ser encarados como investimento à saúde do associado, pois nelas eles relaxam e se divertem, deixando de lado as preocupações do dia a dia.

Independentemente de qual seria a melhor a colônia para relaxar, a desembargadora Mariangela e o juiz Maurício Coelho concordam que os magistrados deveriam se informar sobre as colônias de férias da Amagis e se possível conhecê-las. ■

Auditório será modernizado

Acústica, climatização e acessibilidade serão aprimoradas

A diretoria da Amagis aprovou, no dia 11 de maio, a realização de obras de modernização do auditório da sede da Associação, em Belo Horizonte. As mudanças têm como objetivo promover melhorias na acústica, climatização e na acessibilidade do espaço.

A Comissão de Obras da Amagis irá acompanhar todas as etapas da modernização, desde a aprovação do projeto, orçamentos e execução da obra, a fim de garantir os prazos e transparência nos procedimentos que serão adotados.

Para além de melhor atender aos associados, a modernização do espaço busca ainda atrair o público externo, uma vez que o auditório pode ser alugado para terceiros, mediante proposta aprovada pela Diretoria da Amagis, conforme determina o regimento de uso das unidades sociais da Associação. O regulamento esta disponível no site amagis.com.br ■

Juízes aprovam torneio de tênis

Competição reuniu magistrados de todo o Estado

TIAGO PARRELA

Premiação do I Torneio de Tênis da Amagis

Durante três dias (26, 27 e 28 de maio), o saibro foi o palco de duelos saudáveis entre magistrados e familiares de todo o Estado, no I Torneio de Tênis da Amagis promovido pela diretoria da Associação, com o objetivo de integrar ainda mais a classe e estimular a prática esportiva na Magistratura.

Ao todo, foram realizadas 14 partidas, nas categorias iniciante masculino, intermediário feminino, intermediário masculino, duplas mistas, duplas masculinas e avançado masculino. Os campeões foram conhecidos no dia 28 de maio, após várias disputas apertadas. Os jogos aconteceram na Academia BH Tênis, em Belo Horizonte.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a realização do primeiro torneio de tênis valoriza a prática de esportes entre os magistrados. "Temos de proporcionar a todas as modalidades esportivas este encontro, este congraçamento, uma disputa saudável entre os colegas em um momento de confraternização. Sempre que possível, iremos priorizar e prestigiar este tipo de evento", afirmou.

Para melhor organizar seus eventos esportivos, a Amagis promoveu, por meio do seu site, uma pesquisa para identificar quais as principais modalidades são praticadas pelos magistrados mineiros e seus familiares. Os resultados do levantamento serão divulgados em breve na página amagis.com.br e também no jornal DECISÃO.

A realização do torneio foi muito bem recebida pelos magistrados, que, como o juiz Jefferson Saruhashi, avaliaram que iniciativa agregou juízes de toda a Minas Gerais e foi uma ótima oportunidade para fazer novas amizades, além de praticar esporte. "Esperamos que, nos anos vindouros, possamos continuar com esta iniciativa", comentou.

O juiz Henrique Mendonça ressaltou a importância da competição para a integração e cooperação na classe. "Muito necessários esses momentos de lazer para fugir da lida diária", disse. A juíza Andrea Foureaux também destacou a iniciativa da Amagis, uma vez que, de acordo com ela, o esporte sempre agrega e proporciona um momento de lazer.

A premiação, da qual participou o presidente em exercício da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, foi realizada na Academia BH Tênis. Veja ao lado com foram as finais e conheça os primeiros campeões do torneio de tênis da Amagis.

Aqueles que queiram aprimorar sua técnica ou dar suas primeiras rebatidas com a raquete têm à disposição, no Parque Esportivo da Associação, uma quadra de tênis disponível para a prática da modalidade entre os magistrados e familiares. Para agendar um horário ligue para Saint-Clair no telefone (31) 3079-3450.■

PRIMEIROS CAMPEÕES

- **Iniciante Masculino** Arthur Lucas, filho do juiz Antônio Francisco, da Comarca de Itabirito
- **Intermediário Feminino** Mônica Campos, esposa do juiz João Paulo Júnior, da Comarca de Timóteo
- **Intermediário Masculino** Marcelo Benfica, marido da juíza Andréa Foureaux, da Comarca de Belo Horizonte
- **Duplas Mistas** João Pedro Campos e Luciana Campos, filhos do juiz João Paulo Júnior, da Comarca de Teófilo Otoni
- **Avançado Masculino** Juiz Armando Ventura, da Comarca Uberlândia
- **Dupla Masculina** Juízes Otávio Pinheiro da Silva, da Comarca de Ipatinga, e Alberto José Rodrigues Filho, da Comarca de Betim

Amagis promove II Torneio de Tiro Esportivo

Inscrições para competição estão abertas até do dia 5 de julho

Os praticantes do tiro esportivo, que queiram testar sua precisão, agilidade e concentração, têm até o dia 5 de julho para se inscrever no II Torneiro de Tiro Esportivo da Amagis, que será realizado, no dia 8 de julho, no estande de tiro do 5º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), em Belo Horizonte.

A realização do torneio faz parte do incentivo da Amagis à prática esportiva pelos magistrados, ampliando a promoção de eventos para o maior número possível de modalidades, visando a integração da classe por meio do desporto. Idealizado pelo desembargador Tiago Pinto, o primeiro torneio de tiro esportivo foi realizado em setembro de 2012, e contou com a participação de juízes e desembargadores de todo o Estado.

ARQUIVO AMAGIS

Magistrados durante o I Torneio de Tiro

Podem se inscrever para a competição, magistrados e um acompanhante (cônjuge ou descendente maior de idade). Mais informações sobre a inscrição, cuja taxa é de R$ 50,00, podem ser obtidas pelo telefone (31) 3079-3499 ou pelo e-mail juliano@amagis.com.br. Além da PMMG, o torneio será promovido com o apoio da Áquila Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Segurança.■

RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ATO ILÍCITO

Jurisdicionados confundem-se ao reclamar perdas e danos

RENATO ZUPO*

Nosso Código Civil prevê a obrigação de reparação do dano, inclusive moral, àquele que o cause. É efeito da responsabilidade civil pelo ato ilícito. Significa dizer que aquele que ocasiona o dano está obrigado à sua reparação, ainda que não tenha agido intencionalmente. Aliás, pode nem ter agido com culpa, no caso da denominada responsabilidade civil objetiva, em que o agente do dano responde pelo risco criado independentemente de sua causação.

No contrato de transportes, a empresa contratada indenizará seu cliente pelos danos decorrentes de acidente deflagrado durante o trajeto e mesmo sem culpa de seu preposto, motorista, piloto. Só se safará se demonstrada culpa exclusiva da vítima, como no caso do passageiro do ônibus que, inadvertidamente, se dependura para fora da janela, se machucando. A responsabilidade civil pode ser contratual, como no caso, ou extracontratual ou aquiliana: esta ocorre quando inexiste vínculo contratual entre ofensor e vítima. No atropelamento de pedestre em via pública, por exemplo.

"O DANO MORAL É AQUELE, AO CONTRÁRIO, QUE NÃO PODE SER DE IMEDIATO CONVERTIDO EM NÚMEROS E DECORRE DO ABALO ANÍMICO, DO RESSENTIMENTO E DA MÁGOA DECORRENTE DO EVENTO DANOSO "

E as perdas e danos? Também decorrem da culpa civil e da obrigação de indenizar dela decorrente. Os danos, como já vimos, tanto podem ser materiais como morais. O dano material é aquele prejuízo aferível. Voltando ao exemplo do atropelamento, sua vítima terá gastos com médicos, internação, remédios, tudo contabilizável e indenizável pelo autor do dano. Já o dano moral é aquele, ao contrário, que não pode ser de imediato convertido em números e decorre do abalo anímico, do ressentimento e da mágoa decorrente do evento danoso. Caberá ao juiz, analisado caso a caso, estipular o valor da indenização pelos danos morais, de forma a punir pedagogicamente o ofensor com quantia que também signifique um lenitivo, uma compensação, para a vítima.

Em um acidente de trânsito, podem significar danos morais ressarcíveis a deficiência física ocasionada pela colisão, o dano estético, o trauma psicológico, etc... E as perdas decorrentes do ato ilícito? Se confundem com o que denominamos "lucros cessantes". É aquilo que a vítima deixa de ganhar em decorrência do dano. Um taxista com o veículo sinistrado deixa de ganhar o seu pão enquanto o veículo é reparado e poderá reclamar os valores que deixou de angariar durante o período em que ficou privado de seu trabalho por força da culpa de terceiro. Uma personalidade pública difamada por meio da imprensa e que, por conta disso, seja demitido, também poderá reclamar lucros cessantes decorrentes da injusta lesão à sua reputação. A diferença entre danos e perdas é a seguinte: o dano já ocorreu, suas consequências (os lucros cessantes) é que continuam prejudiciais e ruinosas à vítima da ação ilícita.

A culpa, na órbita do Direito Civil, decorre da ação ilícita e esta é o ato contrário ao direito. E será ressarcível quando deflagrar danos, e só assim. Cansei de observar, em processos judiciais, pessoas reclamando por riscos virtuais e danos que não ocorreram de fato, mas que poderiam ter ocorrido. Expectativa de dano não é indenizável, assim como a expectativa de direitos não gera obrigação de qualquer natureza. Expectativa de dano não indenizável é quando o consumidor compra garrafa de refrigerante com bicho morto dentro, mas não consome a bebida. O dano propriamente dito somente ocorrerá se ingerir o produto e disto decorrer malefício para sua saúde. De idêntico modo, o noivado rompido por um dos noivos não poderá representar efetivo dano ao outro, a não ser que se demonstre fato grave deflagrador de prejuízo financeiro, trauma, exposição ao ridículo imposto por um ao outro dos nubentes.

"CANSEI DE OBSERVAR, EM PROCESSOS JUDICIAIS, PESSOAS RECLAMANDO POR RISCOS VIRTUAIS E DANOS QUE NÃO OCORRERAM DE FATO, MAS QUE PODERIAM TER OCORRIDO "

O dano moral também só é reconhecido pelo Direito quando decorra de um evento anormal causador de sofrimentos imerecidos. A mera dor de cotovelo, o atraso ocasionado pelo trânsito caótico, o mau cheiro proveniente da casa do vizinho, o latido do cachorro na rua, a cobrança amigável de dívida, a crítica publicada no jornal ou na internet (em termos contidos), nada disso caracteriza o dano moral indenizável.■

*Juiz da Vara Criminal da Infância e da Juventude da Comarca de Araxá

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO

FERNANDA MARQUES

KELLY SANTOS

Alcoolismo no trânsito

Um levantamento feito pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, a pedido do jornal Hoje em Dia, aponta que, em 2016, foram 623 acidentes de trânsito. O número é 5% superior aos 593 apresentados em 2015. Nossos convidados são o juiz Mauro Ferreira, do Juizado Especial de Acidentes de Trânsito de Belo Horizonte, e Estevão Ferreira de Melo, advogado criminalista. (Foto)

Cartão de crédito

Com as novas regras do cartão de crédito, o rotativo poderá ser usado por, no máximo, 30dias, depois o banco terá que oferecer o parcelamento da fatura. Nossos convidados são a juíza Cláudia Helena Batista, da Turma Recursal Exclusiva dos Juizados Especiais de BH/Betim e Contagem, e o advogado Rodrigo Soares, da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/MG.

Combate à alienação parental

Dia 25 de abril é o dia Internacional de combate à alienação parental. O Brasil conta com a Lei 12.318/2010 para combater esta prática lesiva à formação de criança e adolescentes. Para falar sobre esse assunto, convidamos o juiz Gustavo Cheik de Figueiredo Teixeira, da 1ª Vara de Família de Belo Horizonte, e a advogada Juliana Vieira Lobato, Especialista em Direito de Família.

Armadilhas da Internet

O Ministério Público de Minas Gerais recomenda que escolas e os pais orientem crianças e adolescentes sobre uso seguro da internet após o jogo virtual "Baleia Azul". Os convidados são a juíza Valéria Rodrigues, da Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte, e Luís Felipe Silva Freire, presidente da Comissão de Informática, Direito Eletrônico e Crimes Eletrônicos da OAB/MG.■

Gestão Estratégica Judiciária

O Planejamento Estratégico aponta a direção a ser seguida e os objetivos a serem alcançados pelo Judiciário, como exemplo, o programa "Mutirão de Baixas Processuais", onde o TJMG pretende tirar do acervo cerca de 132 mil processos. Nosso convidado é o juiz Marcus Vinícius Mendes do Valle, auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça. (Foto)

Segurança de fóruns

A AMB realizou sua primeira reunião da Secretaria de Segurança na sede da Amagis, em BH. Conduzido pelo juiz Jayme de Oliveira, presidente da AMB, e pelo desembargador Maurício Soares, presidente da Amagis, o evento contou com a presença da diretoria de Associações de outros estados, da Comissão de Segurança e diretores das Seccionais.

Câmaras Privadas

O TJMG instituiu o Cadastro Estadual de Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação com o objetivo de promover a prática da autocomposição, para solução de conflitos por parte de entidades públicas e privadas. O entrevistado é o desembargador Saulo Versiani Penna, 3° vice-presidente do TJMG e coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Recuperação Judicial

Os pedidos de Recuperação Judicial de empresas cresceram 44% no País. De acordo com a Lei n°11.101 de 2005, a Recuperação Judicial evita que empresas que estejam passando por crises financeiras decretem falência, com graves repercussões econômicas e sociais. Nosso entrevistado é o juiz Adilon Cláver de Resende, titular da 2° Vara Empresarial de Belo Horizonte.■

TV ASSEMBLEIA
Sexta-Feira, às 23h
TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30

TV

TV JUSTIÇA
Sexta-feira, às 9h30
TV COMUNITÁRIA
Sábado, às 22h

YouTube **www.youtube.com/amagismg/videos**

VENEZUELA: ECONOMIA E POLÍTICA

País vizinho vive grave crise econômica e política nos últimos anos

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

A vizinha Venezuela atravessa uma crise sem precedentes na sua história, que pode ser comparada, por suas proporções, aos países em guerra. De tão negativos, o governo parou de divulgar dados a respeito. Segundo fontes oficiosas, em 2016, sua economia recuou inacreditáveis 18,8%, com grave recessão pelo terceiro ano consecutivo. A inflação bateu níveis estratosféricos: 800%, devendo alcançar os quatro dígitos em 2017.

Falta tudo: alimentos, medicamentos, energia elétrica, roupas e itens básicos de higiene – pasta dental, sabonete e, até mesmo, papel higiênico. A demitida ministra da saúde, Antonieta Carporale, revelou uma alta de 30,1% na mortalidade infantil e 65% na mortalidade materna, em 2016. Houve 395 casos de difteria, erradicada desde 1992. Pela malária, 249 mil pessoas foram afetadas no ano passado. Os homicídios e roubos atingiram cifras absurdas. Esse cenário vem demonstrar que economia e política seguem o princípio dos vasos comunicantes.

Os pobres são os que mais sofrem. Se antes cerravam fileira com o chavismo, engrossam hoje os protestos nas principais cidades, cuja onda alcançou o ápice em início de abril, deixando dezenas de mortos e feridos, pela brutal repressão policial e pelos "coletivos", como são chamadas as milícias civis armadas do chavismo. Oposição e governo se acusam mutuamente.

A Venezuela, como se sabe, faz divisa com o Brasil. Muitos de seus habitantes, desesperados, fogem para Roraima, onde os índices de prostituição se tornaram assustadores. As jovens venezuelanas, entre elas menores, infestam as noites de Boa Vista, encontrando na venda do corpo o único meio de sobrevivência.

Há poucos dias, Caracas amanheceu com suas ruas bloqueadas, depois da convocação de uma Assembleia Nacional, do povo, por Nicolás Maduro, para redigir uma nova Constituição, sob medida para seu governo. A proposta foi combatida pela oposição e repudiada por diferentes organizamos internacionais. Representa, na verdade, uma tentativa de golpe contra o que restou das instituições.

O colegiado, de 500 delegados, não seria eleito por meio do voto universal, mas uma espécie mistura de nomes dos conselhos comunitários – linhas de frente do chavismo – e membros escolhidos em eleições sem partidos, num "sistema territorializado, de caráter municipal e local", não se sabendo o que isso significa.

"O OBJETIVO DE MADURO, COM SUAS ARTIMANHAS, É ADIAR A ELEIÇÕES DE 2018, PERPETUAR O CHAVISMO NO PODER E QUE A NOVA CONSTITUINTE SEJA UMA ESPÉCIE DE CONGRESSO DE SOVIETES"

O objetivo de Maduro, com suas artimanhas, é adiar a eleições de 2018, perpetuar o Chavismo no poder e que a nova Constituinte seja uma espécie de Congresso de Sovietes, sem a participação do que chamou "de velhas estruturas dos partidos políticos". A metade dos constituintes será formada por 250 delegados, eleitos pela base operária. "As missões terão seus constituintes, os pensionistas e os indígenas. Será uma Constituinte cidadã, popular, operária. Uma Constituinte chavista", proclamou o aprendiz de ditador.

O ex-candidato presidencial, Henrique Capriles, convocou os venezuelanos a "ignorar essa loucura" e o deputado Julio Borges, presidente do Parlamento, enfatizou que o "governo busca consolidar o golpe", fazendo um apelo aos venezuelanos "para se rebelarem contra a Constituinte comunal".

No final de março, Maduro investiu contra o Legislativo, onde a oposição tem maioria. Naquela oportunidade, o Tribunal Supremo de Justiça, sempre obediente ao governo, usurpou as funções legislativas da Assembleia Nacional, ao argumento de "desacato", pelo não afastamento de três deputados por supostas irregularidades. Protestos e manifestações estudantis ecoaram em vários pontos do país, reprimidos brutalmente.

Diante da avalanche das críticas internacionais, governo e TSJ tiveram de recuar, ainda que formalmente. Em resposta, Maduro se limitou a expedir uma nota na qual comunicava uma "investida da direita e pró-imperialista", dirigida pelos Estados Unidos para "atentar contra o Estado de Direito, através de falsidades e ignomínias".

Hoje, a Venezuela está isolada de seus vizinhos, com presos políticos, a oposição perseguida, o Parlamento tolhido e a economia aniquilada. Encurralada e incapaz de solucionar a crise econômica e salvar o que sobrou de suas instituições políticas, o chanceler Delcy Rodrigues anunciou a saída do país da OEA, depois que o Conselho Permanente do organismo convocou uma reunião dos ministros das Relações Exteriores para tratar da crise do país, sem a prévia aprovação do governo de Nicolás Maduro.

Em suma, como os venezuelanos sofrem uma escassez sem precedentes, antes que se pregue o último prego no caixão do sistema democrático e da separação dos poderes, como disse muito bem, o editorial do jornal espanhol EL PAIS, de 05.05.2017, há de "permitir-lhes expressar livremente sua opinião sobre o futuro do seu país. E isso passa indefectivelmente pela realização de eleições em liberdade, com garantias e sem coações".■

(*) Desembargador

Acervo do Masp encerra temporada em BH

Exposição reúne cem obras do maior acervo de arte da América Latina

Os admiradores das artes plásticas interessados em conhecer obras de artistas como Rafael, Ticiano, Renoir, Van Gogh, Picasso, Diego Rivera, Burle Marx, Portinari, Djanira e Flávio de Carvalho têm até o dia 26 deste mês para visitar a exposição "Entre Nós – A figura humana no acervo do MASP", em cartaz no Centro Cultural do Banco do Brasil de Belo Horizonte (CCBB-BH).

DIVULGAÇÃO CCBB-BH

A amazona de Edouard Manet

A exposição, que reúne mais de 100 obras do acervo do Museu de Arte de São Paulo (MASP), tem como eixo central a representação da figura humana. De acordo com os organizadores, a mostra leva ao público a diversidade de formas de representação a partir de um recorte cronológico e do diálogo entre as distintas formas de cultura.

O CCBB-BH integra o Circuito Cultural da Praça da Liberdade e funciona de 9h às 21h. A entrada para a mostra é franca. Saiba mais sobre a programação do centro cultural no site culturabancodobrasil.com.br/portal/belo-horizonte.■

VÁ HOJE MESMO
FECHAR O SEU
NEGÓCIO

PREÇO DE CEGONHA
PELA 1ª VEZ NO ANO, MODELOS A PREÇO DE CEGONHA

CONDIÇÃO VÁLIDA
SOMENTE
NO MÊS DE
JUNHO

GOLF E JETTA COM O MELHOR PREÇO DO BRASIL

Fox 1.6
a partir de
R$45.990,00

Up!
a partir de
R$37.990,00

A Carbel vai até você. Agende uma visita em domicílio.
Consultora de Vendas – Fernanda (31) 3280-9501 | (31) 99371-7086

Ofertas válidas para veículos 0 km em estoque, pessoa física até 30/06/2017. Fox 1.6 Trendline 17/17, código 5Z55E4 a R$45.990. Take Up 1.0 MPI 4 portas a R$37.990,00.

Carbel Savassi
Av. Nossa Senhora do Carmo, 500 Sion
(31) 4042-7280 | (31) 99808-0185

Carbel Cristiano Machado
Av. Cristiano Machado, 5055 Palmares
(31) 3596-0504 | (31) 99962-5477

Carbel Linha Verde
Est. Nova de Santa Luzia, 100 Jaqueline
(31) 4042-7290 | (31) 99620-7699

Carbel

lucasleiloeiro.com.br

fernandoleiloeiro.com.br

jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial

Publicidade

Suporte Jurídico

Site com 100.000 visualizações mês

Equipe especializada e Treinada

Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br

GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocrédito.com.br

Amagis Saúde ganha status de modelo nacional

Plano será referência para a criação da autogestão em saúde em São Paulo

A diretoria da Amagis recebeu, no dia 3 de maio, a visita do juiz Leandro Galluzi dos Santos, assessor da Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, para conhecer a estrutura, gestão e os serviços prestados pela Amagis Saúde.

Durante a visita, o magistrado colheu informações que irão servir de base para a criação do plano de saúde no modelo de autogestão, que deverá ser lançado no Estado de São Paulo. Segundo Leandro Galluzi, a Amagis Saúde é uma referência entre as operadoras da área e, por isso, decidiu conhecê-lo de perto. "Um plano deste quilate, oferecendo o que oferece, além de estar acima do padrão médio pelo valor que se paga, e ainda tem a função de ser bem personalizado, é um ganho muito maior do que um plano coletivo de uma categoria", afirmou.

Para o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a vista do juiz Leandro Galluzi confirma não só as boas avaliações que a Amagis Saúde tem recebido da Agência Nacional de Saúde (ANS) nos últimos anos, como demonstra a importância de que os magistrados tenham plano de saúde próprio, capaz de atender às suas necessidades. "Isso só nos vem trazer o reconhecimento de que, de fato, está sendo feito um bom trabalho no nosso plano de saúde, o que muito nos honra", comentou.

TIAGO PARRELA

Luzia Peixôto, Leandro Galluzi, Marina Shizuko e Maurício Soares

A vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixôto, disse que é motivo de orgulho para a Associação ter o reconhecimento do plano de saúde da Magistratura mineira por outros estados. De acordo com ela, o Conselho Gestor de Saúde vem trabalhando para aprimorar ainda mais os serviços prestados pela Amagis Saúde. "É de extrema importância para nós e um reconhecimento diante da Magistratura", concluiu.■

Campanha imuniza associados contra o vírus da gripe

Amagis Saúde promoveu a vacinação dos usuários do plano

A Amagis Saúde realizou, dos dias 9 a 11 de maio e no dia 25 do mesmo mês, a vacinação de 284 usuários do plano contra a gripe. A iniciativa teve como objetivo facilitar e garantir a imunização dos associados, especialmente daqueles que não estão incluídos no grupo prioritário da Campanha Nacional de Vacinação Contra a Influenza, promovida pelo Ministério da Saúde, e, por isso, não teriam direito ao benefício.

O grupo prioritário do Ministério da Saúde é formado por pessoas a partir de 60 anos, crianças de seis meses e menores de cinco anos, trabalhadores da área da saúde, professores das redes pública e privada, povos indígenas, gestantes, puérperas (até 45 dias após o parto), pessoas privadas de liberdade e agentes do sistema prisional.■

+SAÚDE!
SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
Maurício Torres Soares

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Luzia Divina de Paula Peixôto
Diretor de Saúde
Edison Feital Leite
Diretor Financeiro
Kenea Márcia
Damato de Moura Gomes
Conselho Gestor:
TJMG
Alexandre Quintino Santiago
Renato Luís Dresch

Suplentes
Estevão Lucchesi de Carvalho
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
Marli Maria Braga Andrade
Suplentes
João Luiz Nascimento de Oliveira
Kenea Márcia Damato de Moura Gomes
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Juarez Morais de Azevedo

Suplentes
Mateus Bicalho de Melo Chavinho
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Francisco Kupidlowski
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade
Suplentes
José Nicolau Masselli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora do Amagis Saúde
Maria Luiza Santana Assunção

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

+SAÚDE!

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

40 anos AMAGIS Saúde

Reajuste do Amagis Saúde foi um dos menores do País

ANS autoriza aumento de até 13, 55% para todos os planos de saúde

O equilíbrio financeiro e a qualidade da gestão, reconhecidos e premiados nove vezes pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, permitiram que a Amagis Saúde praticasse um reajuste duas vezes menor do que o que a própria ANS autorizou para todos os planos de saúde no País.

No dia 19 de maio, a ANS fixou em até 13,55% o índice de reajuste a ser aplicado aos planos de saúde médico-hospitalares individuais/familiares no período compreendido entre maio de 2017 e abril de 2018. O percentual é válido para os planos de saúde contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/98 e atinge a cerca de 8,2 milhões de beneficiários. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União.

Já o Amagis Saúde foi reajustado em um índice duas vezes menor, de apenas 5,98%, adotado após a análise dos números e ajustes nas projeções demonstrados pelo Conselho Gestor. As tabelas de contribuição dos planos, o estudo apresentado pela Plurall Soluções e a ata da reunião na qual a medida foi tomada foram disponibilizadas pelo Conselho Gestor de Saúde a todos associados da Amagis, reafirmando os princípios da transparência e publicidade da gestão do patrimônio.

Para manter o padrão de excelência no atendimento e preservar o patrimônio dos associados, conforme aponta o ranqueamento feito a cada ano pela ANS, o Conselho aprecia periodicamente as contas do plano. No ano passado, a Amagis Saúde recebeu nota máxima nesse quesito qualidade de gestão pela agência reguladora.■

ARQUIVO AMAGIS / GEORGIA BAÇVAROFF

Contas e reajuste do plano são avaliados pelo Conselho Gestor de Saúde

Plano integra diretoria da Unidas

Instituição reúne operadoras de planos de autogestão em saúde de todo o Estado

A partir deste mês, a Amagis Saúde passa a integrar a diretoria da Superintendência de Minas Gerais da União Nacional de Autogestão em Saúde (Unidas), que tem como objetivo fortalecer os planos de autogestão em todo o território nacional.

A Amagis Saúde ocupará a diretoria de Treinamento e Desenvolvimento durante o triênio 2017/2019, e será representada na Unidas pela coordenadora de Saúde da Amagis, Marina Shizuko. A pasta tem, entre suas atribuições, realizar estudos, análises, pesquisas, cursos, congressos, simpósios e outras atividades voltadas para a qualificação do sistema de autogestão em saúde.

O convite à Amagis Saúde para integrar a diretoria da superintendência mineira da Unidas foi feito em reconhecimento à excelência do plano de saúde da Magistratura mineira, que recebeu nota máxima nove vezes consecutivas no Índice de Desempenho de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde, sendo igualmente premiada pela Unidas.■

ANS Nº 41669-0